

Filgueiras, Luiz. **NEOLIBERALISMO E CRISE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL**. *En publicacion: NEOLIBERALISMO E CRISE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL* Luiz Filgueiras.

NEOLIBERALISMO E CRISE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL

*Luiz Filgueiras**

No início dos anos 90, o Brasil, tendo à frente o Governo Collor de Mello, foi o último país da América Latina a aderir e implementar o projeto político-econômico neoliberal, sistematizado doutrinariamente em 1989, de forma inequívoca, pelo chamado “Consenso de Washington”. Com a deposição constitucional desse governo em 1992, e sua substituição pelo Governo Itamar Franco, o ritmo de implantação desse projeto diminuiu durante o período 1993/1994, sendo retomado posteriormente com toda a força, e amplamente executado, pelos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002).

Após mais de uma década dessa experiência, os resultados essenciais, com nuances e detalhes secundários, são os mesmos verificados nos demais países do Continente, quais sejam: estabilidade relativa dos preços e baixíssimo crescimento econômico, acompanhados pelo aumento das dívidas externa e interna; a desnacionalização do aparato produtivo, com transferência de renda do setor público para a setor privado e da órbita produtiva para a órbita financeira; a elevação das taxas de desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho. Em suma, aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do país, a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho e a manutenção ou deterioração das condições sociais – pobreza, criminalidade, violência e desigualdade de renda e de riqueza.

Todo esse processo, como outros ocorridos nos demais países da América Latina, esteve sempre ancorado num plano de estabilização, de combate à inflação. Inicialmente o Plano Collor (1990), de curta duração, e posteriormente, a partir de dezembro de 1993, o Plano Real¹. Em momentos distintos, ambos criaram as condições políticas propícias à implementação das “políticas pró-mercado”. Estas últimas, embora sejam, por natureza, excludentes e antipopulares, puderam se legitimar, momentaneamente, pela queda da inflação e, especificamente no caso do Plano Real, pela aceleração do crescimento econômico ocorrida nos primeiros nove meses de implantação da nova moeda. Desse modo, especialmente este último plano, ao abrir indiscriminadamente a economia brasileira e valorizar o real (a moeda), se constituiu também, assim como o Plano Cavallo na

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutor em Economia pela UNICAMP. Atualmente exerce o cargo de Diretor da FCE. E-mail: luizfil@ufba.br.

¹ Essa data marca o início formal do Plano Real, a partir do anúncio de um programa de ajuste fiscal e de suas duas fases seguintes, quais sejam: a criação de uma quase moeda (a URV) em março de 1994 e, quatro meses depois, isto é, a partir de 1º de julho a sua transformação em uma nova moeda: o real.

Argentina, na vanguarda do projeto neoliberal. Por isso, em ambos os casos, a dificuldade em mantê-los, a partir de um certo ponto, implicou o questionamento de todo esse projeto.

Na seqüência deste artigo evidencia-se os traços comuns das políticas de estabilização implementadas na América Latina sob a hegemonia do neoliberalismo, destacando-se, em particular, o caso brasileiro, mas também identificando-se a Argentina como o exemplo maior da aplicação dessas políticas e das dificuldades de superação do modelo liberal, em razão da completa subordinação das burguesias latino-americanas ao imperialismo.

Políticas de Estabilização e Modelo Neoliberal na América Latina

A história da implementação e gestão do projeto neoliberal no Brasil, bem como o início de sua crise², tal como nas demais experiências da América Latina, evidencia uma trajetória já amplamente conhecida, qual seja:

- 1- Implementação, em todos os países, de planos de combate à inflação calcados, em geral, na abertura indiscriminada da economia e na valorização de suas respectivas moedas frente ao dólar.
- 2- No momento imediato à adoção dos planos, queda abrupta dos índices inflacionários e crescimento da produção, do emprego e da renda.
- 3- Como decorrência, na etapa seguinte, surgem e avolumam-se saldos negativos na Balança Comercial (exportação/importação de mercadorias) e na conta de Transações Correntes (soma da Balança Comercial, da Balança de Serviços e das Transferências Unilaterais), colocando esses países numa situação de vulnerabilidade e dependência com relação ao fluxo de capitais estrangeiros.
- 4- A atração desses capitais, que possibilita conjunturalmente, e de forma precária, o equilíbrio das contas externas, exige a abertura financeira desses países, com a adoção de facilidades operacionais e tributárias para os investimentos estrangeiros e uma política de taxas de juros permanentemente elevadas, além da privatização/desnacionalização do patrimônio público (empresas e serviços).
- 5- Como consequência dessa política, contaminam-se as finanças públicas, com o crescimento explosivo do montante de juros das dívidas externa e interna pago pelo governo. Por isso, cresce o déficit público total, apesar dos cortes nas despesas e do aumento da carga tributária que possibilitam superávits primários – que são utilizados, exatamente, para pagar, parcialmente, os juros devidos.
- 6- Como resultado final, crescem as dívidas públicas (interna e externa), deterioram-se os serviços públicos, desacelera-se o crescimento, eleva-se a taxa de desemprego, caem os níveis de rendimento, concentra-se renda, aumenta a pobreza e restringem-se as políticas sociais, criando-se as bases para a crise social e política.

² Para uma análise detalhada de todo esse processo ver, de minha autoria, “A História do Plano Real”, livro publicado pela editora Boitempo, SP, 2000.

Na realidade, os países periféricos não têm competitividade suficiente para manter o grau de abertura comercial/financeiro exigido pelos governos dos países desenvolvidos, em particular o G7 (sob a hegemonia americana), e as instituições multilaterais, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial. Essa política, com forte acentuação da dependência internacional, coloca esses países em situação vulnerável frente a todo e qualquer evento negativo que ocorra no plano internacional, mesmo que seja de natureza conjuntural, e que se expressa em fuga de capitais e pressões sobre a taxa de câmbio.

Por sua vez, esses eventos, que tendem a afetar os preços internos e reduzir as reservas cambiais do país, levam os Bancos Centrais a aumentar a taxa de juros e, em alguns casos, a emitir títulos da dívida pública com correção cambial, como forma de cumprir as metas de inflação – formais ou não – pré-estabelecidas e de elevar ainda mais a remuneração do capital financeiro, além de assegurar-lhe o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo.

Quando, por certas circunstâncias conjunturais, agudizam-se os dois problemas anteriormente mencionados – vulnerabilidade externa e fragilidade financeira do setor público -, aparece o “apoio” do FMI, tendo por contrapartida mais um ajuste fiscal, cujo objetivo é acenar para os “mercados” a viabilidade do pagamento dos serviços das dívidas externa e interna. Portanto, as dificuldades e a lógica dos processos são semelhantes em todos os países.

Desse modo, fecha-se um círculo deletério de acúmulo de dificuldades no balanço de pagamentos, nas finanças públicas, na produção e no emprego do país. A “fuga para frente” se dá sempre a partir de um novo ajuste fiscal, com aumento de impostos e/ou cortes nas despesas, demissões de funcionários, arrocho salarial, mais privatizações e contenção do crescimento econômico. Em todos os casos, os recursos e o aval do FMI aliviam, momentaneamente, em cada conjuntura específica imediata, as respectivas vulnerabilidades externas de cada país, em troca de mais transferência de renda e riqueza para os países desenvolvidos e, em particular, do segmento produtivo para o segmento financeiro da economia e do setor público para o setor privado.

Em resumo: essa política econômica apenas transfere os problemas para o futuro imediato, com o subsequente agravamento da vulnerabilidade externa e o aprofundamento da fragilidade financeira do Estado, até que ocorra uma nova conjuntura internacional desfavorável que, por sua vez, levará à próxima crise e a um novo acordo com o FMI.

Neoliberalismo e Crise no Brasil

No Brasil, a crise cambial, que inviabilizou a política de sobrevalorização do real frente ao dólar, eclodiu em janeiro de 1999, início do segundo mandato de FHC. Isto ocorreu apesar de um empréstimo “preventivo” do FMI de US\$ 44 bilhões. A desvalorização cambial deixou o seu rastro na evolução da dívida pública, que saltou de R\$ 388 bilhões em dezembro de 1998 para R\$ 500 bilhões em fevereiro de 1999, e implicou redução no ritmo da atividade econômica e aumento do desemprego, além de afetar os preços, que voltaram a subir a taxas mais elevadas.

Os quadros a seguir evidenciam a evolução dos principais indicadores macroeconômicos do Brasil, antes e depois (1994/2002) da implementação da nova moeda (o real), nos quais se destacam dois momentos distintos após a implementação do real, quais sejam: até 1998, quando se encerra o 1º mandato de FHC, com o real sobrevalorizado frente ao dólar, e a partir de 1999, quando ocorre a crise e muda a política cambial, com a adoção do câmbio flexível e a instituição das metas inflacionárias. Conforme se demonstra a seguir, essa mudança no câmbio alivia momentaneamente a vulnerabilidade externa, mas de forma alguma a resolve. A fragilidade financeira do setor público, por sua vez, continua se aprofundando, bem como permanece a dificuldade de se retomar o crescimento econômico.

O quadro 1 abaixo evidencia, após a implantação do Plano Real, a queda radical da inflação, que se reduz, sistematicamente, de 2.406% em 1994 para 1,7% em 1998. Como contrapartida, o saldo positivo da Balança Comercial, que era de US\$ 10,5 bilhões em 1994, transforma-se em saldos negativos cada vez maiores, atingindo US\$ 6,6 bilhões em 1998. O saldo negativo do Balanço de Serviços, por sua vez, cresce em mais de 100% no período: de US\$ 14,7 bilhões em 1994 para US\$ 30,4 bilhões em 1998. Como resultado final, a dependência externa aprofunda-se dramaticamente, com o saldo negativo na conta de Transações Correntes (Balança Comercial + Balança de Serviços + Transferências Unilaterais) saltando de US\$ 1,7 bilhões em 1994 para US\$ 35,2 em 1998.

QUADRO 1
INFLAÇÃO E TRANSAÇÕES CORRENTES
BRASIL (1994/2001)

ANO	INFLAÇÃO IGP / FGV (%)	BALANÇA COMERCIAL (US\$ bilhões)	BALANÇO DE SERVIÇOS (US\$ bilhões)	TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ bilhões)
1994	2.406,8	10,5	-14,7	-1,7
1995	67,5	-3,4	-18,6	-18,0
1996	9,3	-5,6	-21,7	-23,1
1997	7,5	-8,4	-27,3	-33,4
1998	1,7	-6,6	-30,4	-35,2
1999	20,0	-1,3	-25,8	-25,4
2000	9,9	-0,7	-25,5	-24,6
2001	10,4	2,5	-27,5	-23,2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central

O quadro 2 abaixo também demonstra, de forma cabal, o aprofundamento da dependência externa do país. O saldo negativo acumulado na conta de Transações Correntes, no período imediatamente anterior ao Plano Real (1990/1994), foi de US\$ 13,6 bilhões; enquanto esse mesmo saldo no período seguinte acumulou a assombrosa cifra negativa de US\$ 109,7 bilhões (1995/1998) ou US\$ 181,0 bilhões (1995/2002).

QUADRO 2
TRANSAÇÕES CORRENTES PRÉ E PÓS-PLANO REAL
BRASIL (1990/2002)

ANO	PRÉ-REAL 1990/1994	PÓS-REAL 1995/1998	PÓS-CRISE 1999/2002-FEV	PÓS-REAL 1995/2002-FEV
BAL. COM.	60,3	-23,7	1,1	-21,2
BAL. SERV.	-70,6	-97,0	-81,7	-175,8
TRANSF.	-3,3	11,0	5,1	15,9
SALDO	-13,6	-109,7	-75,5	-181,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central

A deterioração macroeconômica também se fez sentir nas finanças públicas, no baixo crescimento econômico e na elevação do desemprego. O quadro 3 evidencia o salto na dívida externa do país – de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 235,1 bilhões em 1998 – e na dívida líquida de todo o setor público – de 29,2% do PIB em 1994 para 42,6% em 1998. Por sua vez, o PIB, que cresceu 5,9% em 1994, reduziu cada vez mais sua taxa, chegando a -0,12% em 1998, o que implicou um salto na taxa de desemprego de 14,3% para 18,3% na região metropolitana de São Paulo, a principal do país. Esse salto só não foi maior porque já havia ocorrido um salto anterior, em virtude da abertura comercial patrocinada pelo Plano Collor em 1990, que elevou a taxa de desemprego de 8,8% em 1989 para 14,9% em 1992.

QUADRO 3
DÍVIDA EXTERNA, DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO, PIB E DESEMPREGO
BRASIL (1994/2001)

ANO	DÍVIDA EXTERNA (US\$ bilhões)	DÍVIDA LÍQUIDA DO S. P. (% do PIB)	CRESCIMENTO DO PIB (%)	TAXA DE DESEMPREGO (%)
1994	148,3	29,2	5,9	14,3
1995	159,3	30,6	4,2	13,2
1996	179,9	33,3	2,6	15,2
1997	200,0	34,5	3,6	15,7
1998	235,1	42,4	-0,2	18,3
1999	241,5	46,9	0,8	19,3
2000	236,1	53,1	4,5	17,5
2001	228,6	53,1	1,51	19,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central

O crescimento, a partir de 1994, da vulnerabilidade externa do país e da fragilidade financeira do setor público levou, inexoravelmente, à fuga de capitais e à crise cambial, que se manifestou no início de 1999. Esta última implicou o aumento das taxas de inflação e, no transcorrer do ano, agravou ainda mais a situação financeira do setor público, ao tempo em que manteve a estagnação das atividades econômicas e elevou, mais uma vez, as taxas de desemprego.

No entanto, já no final deste mesmo ano e do ano seguinte, os capitais financeiros começaram a retornar ao país rapidamente, o que impediu uma recessão mais profunda em 1999 e possibilitou uma retomada em 2000. Isso ocorreu por dois motivos: 1- ao contrário das crises do México, da Ásia e da Rússia, esses capitais nada perderam, uma vez que se

retiraram antes da explosão do câmbio, e mesmo os que ficaram acabaram se protegendo, com o estímulo do governo, através da compra de títulos públicos com correção cambial; 2- o FMI aportou ao governo, ainda em 1998, portanto antes mesmo de eclosão da crise cambial, um mega empréstimo de US\$ 44 bilhões, a partir de um acordo onde se estabeleceram metas de superávit primário para o setor público e as taxas de inflação.

Voltando a observar o quadro 1, já analisado anteriormente, pode-se perceber, a partir de 1999, uma melhora na Balança Comercial do país, cujo déficit transforma-se num superávit de US\$ 2,5 bilhões em 2001; o mesmo ocorrendo com relação à conta de Transações Correntes, que reduz o seu déficit para US\$ 23,2 bilhões em 2001. No entanto, isto ocorre muito mais pela redução das importações, em virtude do baixo crescimento econômico, do que por um maior dinamismo das exportações. Além disso, a contribuição da Balança de Serviços para a redução desse saldo foi reduzidíssima, apenas US\$ 3,0 bilhões. Na verdade, tudo isto significa, no curto prazo, uma pequena redução da vulnerabilidade externa - medida pela relação desses saldos com o PIB - propiciada pela desvalorização do real. No entanto, no longo prazo, qualquer crescimento maior da economia, acima de 4% por exemplo, recoloca de novo o constrangimento externo. O quadro 2 mostra que, mesmo após a desvalorização, o saldo negativo acumulado na conta de Transações Correntes cresceu em mais US\$ 75,5 bilhões no período (1999/2002).

De outro lado, conforme pode ser visto no quadro 3, a fragilidade financeira do setor público continuou aumentando, tendo a sua dívida líquida atingido 53,1% do PIB em 2001 e já alcançando a marca de 54,5% em 2002. Além disso, em razão da dificuldade de voltar a crescer - as taxas de evolução do PIB falam por si só -, também elevou-se a taxa de desemprego, passando de 18,3% em 1998 para 19% em 2001.

Dada essa situação, é difícil acreditar que a posição do Brasil seja completamente diferente da Argentina, ou que sua economia tenha “fundamentos sólidos, reconhecidos pelo sistema financeiro internacional e que, por isso, não está sentindo grandes impactos com o desenrolar da crise Argentina”. De fato, atualmente, ainda é evidente a vulnerabilidade externa da economia brasileira, bem como a fragilidade das finanças públicas - apesar da adoção do câmbio flutuante. Antes de tratar as implicações políticas, presentes na atual conjuntura, seria interessante uma rápida consideração sobre a crise Argentina, exemplo paradigmático de aplicação do modelo liberal e das dificuldades em substituí-lo.

O Exemplo da Argentina

A Argentina, momentaneamente, se encontra numa situação muito mais grave que o Brasil, em virtude da sustentação do modelo liberal e do Plano Cavallo por quase onze anos, com a manutenção de uma política de câmbio fixo, e do fato de já ter queimado praticamente todo o seu patrimônio público, reduzido o valor dos salários e das aposentadorias e demitido um enorme contingente de funcionários públicos. Política essa que já teria entrado em colapso em 1994, apenas três anos após o seu início, se não fosse a implementação do Plano Real no Brasil e a constituição do Mercosul, que possibilitaram um comércio bilateral favorável para a Argentina.

Acontece que, a partir de janeiro de 1999, com a crise cambial brasileira, que obrigou a desvalorização do real (a moeda) e levou à adoção de uma política de câmbio flutuante, a situação voltou a piorar para a Argentina, que continuou a insistir na manutenção da paridade de um para um entre o dólar e o peso, apesar da visível perda de competitividade de sua economia e de sacrifícios econômico-sociais crescentes para poder manter essa situação.

Em todo esse processo, a postura do FMI, do Tesouro Americano e demais instituições multilaterais foi sempre a de elogiar o comportamento das autoridades econômicas argentinas, ao tempo em que elegeram a Argentina como o grande modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos demais países da América Latina. Quando as dificuldades se aprofundaram, o comportamento desses organismos foi o mesmo das outras crises – México, Ásia, Rússia e Brasil -, qual seja: aprofundamento do ajuste fiscal, com mais cortes nas despesas e redução de salários e aposentadorias.

No entanto, após dezembro de 2001, com a eclosão da revolta social e a implosão do sistema de conversibilidade, os discursos dos governos dos países desenvolvidos, do FMI e dos economistas ortodoxos/liberais mudaram. Agora, a responsabilidade da crise é totalmente da Argentina, que adotou o câmbio fixo por conta própria, sem apoio da comunidade financeira internacional e dos organismos multilaterais. E mais, a principal causa da crise é a adoção insuficiente, por parte da Argentina, das reformas e das políticas recomendadas pelo receituário liberal. Em suma, a proposição é de que os governos argentinos não foram liberais e ortodoxos o suficiente, na condução econômica do país.

Na verdade, o que se assiste hoje na Argentina é um profundo fracasso do modelo liberal, num país que mais o implementou e mais se subordinou à sua lógica. Portanto, a crise não decorre da ausência de políticas liberais; muito pelo contrário, a violência da crise e a forma como ela ocorreu derivou diretamente da adoção do modelo liberal em sua inteireza. E, o que é mais grave, não se apresentaram, até agora, alternativas políticas na sociedade argentina que possam indicar e sustentar outro modelo. Daí decorre a crise clássica de hegemonia política que ora se assiste. O atual presidente, Duhalde, segundo colocado nas últimas eleições e alçado ao poder por uma aliança política completamente desacreditada, carece de legitimidade. Pressionado, de um lado, pelas camadas médias da população, que tiveram confiscadas suas poupanças e contas-correntes – como fez Collor no Brasil -, pelos desempregados, famintos e miseráveis em geral; e, de outro, pelos interesses econômico-financeiros dos bancos e das empresas estrangeiras, que compraram as estatais dos serviços públicos, encontra-se numa terrível dificuldade em arbitrar as perdas decorrentes da inevitável desvalorização do peso.

Por sua vez, a pressão dos organismos internacionais e dos governos dos países desenvolvidos está sendo violenta, com ameaças de todo o tipo: suspensão de crédito para exportação, retirada de bancos e empresas estrangeiras, rejeição de qualquer empréstimo, etc., até que a Argentina concorde em adotar um novo programa imposto pelo FMI. Alguns religiosos da ortodoxia e do liberalismo, dentro e fora da Argentina, como o ex-presidente Carlos Menem – condutor e responsável maior pela presente situação -, chegam a defender a dolarização da economia, com o país abrindo mão definitivamente de ter uma moeda

nacional. Em consequência, propõem uma integração subordinada ao NAFTA, através de acordo com os Estados Unidos, e um distanciamento maior do Brasil e do Mercosul.

Perspectivas Políticas no Brasil

A construção político-ideológica neoliberal, que vê o mercado capitalista como o fim da história, apresenta a globalização do capital, e suas consequências, como tendo uma força avassaladora, quase que como fenômenos da natureza, inevitáveis e incontroláveis, dando a falsa impressão da existência de um caminho único e inexorável para a humanidade. Com isso, aquilo que é produto da ação política e das decisões de sujeitos definidos (os governos das grandes potências econômicas, as grandes corporações produtivas-financeiras transnacionais e as instituições econômicas multilaterais sob domínio do capital financeiro) transfigura-se num processo autônomo, acima da vontade e da ação dos indivíduos e dos sujeitos coletivos.

A consequência prática dessa hegemonia ideológica, ao longo das duas últimas décadas do século passado, foi a difusão, para toda a sociedade, de um sentimento de impotência, reforçado diariamente pelos meios de comunicação, que se expressava numa tendência à aceitação passiva de uma única direção, à qual todos deviam se adaptar, ou perecer. No entanto, no Brasil, como em todo o mundo, a chegada do novo milênio coincidiu com a crise do projeto econômico-político neoliberal. Os seus resultados econômicos e sociais, para os países periféricos e para as classes trabalhadoras, falaram mais alto do que o discurso neoliberal sobre a eficiência dos mercados. O caráter regressivo e anti-social do projeto foi desnudado. E mais ainda, a chamada 3ª via, expressão da capitulação da social-democracia à política e à ideologia neoliberais, também entrou em crise. Os exemplos de vários países europeus e do próprio Estados Unidos, mas especialmente o da França, não deixam dúvidas.

No Brasil, os efeitos desastrosos do modelo neoliberal, apesar de todo o controle e manipulação da informação pelos monopólios da comunicação, são hoje evidentes. Por outro lado, e talvez por isso mesmo, observa-se uma retomada dos movimentos sociais e da ação política das esquerdas. A base política do Governo FHC, na sua maioria fisiológica, rachou com a proximidade das eleições. Do ponto de vista eleitoral, o candidato à Presidência da República mais à esquerda, Luis Inácio Lula da Silva, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, situa-se, em todas as pesquisas de opinião em 1º lugar, já alcançando o dobro das intenções de votos do 2º colocado.

Em suma, vive-se um momento favorável, de questionamento da via liberal e de todas as suas consequências. No entanto, existem dúvidas e problemas. Dúvidas quanto à natureza do projeto alternativo que será implementado, caso Lula ganhe, motivadas pelas ações mais recentes da direção do PT em buscar alianças no campo conservador, que garantisse a vitória já no 1º turno das eleições. E problemas em razão do distanciamento, que não é recente, do PT em relação aos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Sem Terra (MST).

De qualquer forma, com todas as limitações que se possa colocar à candidatura de Lula, do ponto de vista eleitoral, ela é o único caminho para as esquerdas questionarem o modelo

liberal, e abrirem a possibilidade da execução de um projeto alternativo. A palavra é, rigorosamente, *possibilidade*, apenas uma possibilidade, que vai depender da capacidade das esquerdas organizarem cada vez mais o povo brasileiro e fortalecerem e ampliarem os movimentos sociais.

Os exemplos dramáticos da Argentina e da Venezuela são claríssimos: 1- Se a 3ª via é uma tragédia nos países desenvolvidos, nos países da periferia ela é uma farsa, porque é impossível de ser constituída, pois suas burguesias, completamente subordinadas ao imperialismo, já não possuem qualquer tipo de projeto que se possa denominar de nacional. 2- Para se superar o modelo liberal há que se avançar, necessariamente, na organização e conscientização popular e na construção de um partido político verdadeiramente socialista. A via eleitoral, por si só, não tem capacidade suficiente para o enfrentar o neoliberalismo e transformar a sociedade. 3- As esquerdas podem até chegar ao poder de alguns países através da via eleitoral, mas só terão capacidade de realmente exercê-lo, efetuando mudanças econômicas, sociais e políticas profundas na sociedade se estreitarem os seus laços na América-Latina. Só assim terão capacidade para enfrentarem o imperialismo americano e o seu projeto de total domínio do Continente, através da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).